

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM DIREITO (CAED-Jus)

23 a 25 de novembro de 2016

Edição online

EDITAL DE TRABALHOS

I) O CAED-Jus

O **Congresso Internacional de Altos Estudos em Direito (CAED-Jus)** é iniciativa de uma rede de acadêmicos brasileiros e internacionais para o desenvolvimento de pesquisas jurídicas e reflexões de alta qualidade.

O **I CAED-Jus** desenvolve-se exclusivamente de maneira virtual, sendo a tecnologia parte importante para o sucesso das discussões e para a interação entre os participantes através de diversos recursos multimídia. Com a sua criação, o **CAED-Jus** torna-se um dos principais congressos da América Latina com os seguintes diferenciais:

- ❖ Democratização da divulgação e produção científica
- ❖ Publicação dos artigos em livro impresso a ser enviado aos participantes
- ❖ Hall of fame com os premiados de cada edição
- ❖ Interação efetiva entre os participantes através de ferramentas online
- ❖ Diversidade de eventos acadêmicos no **CAED-Jus** (hangouts, palestras, minicursos, etc)
- ❖ Exposição permanente do trabalho e do vídeo do autor no site para os participantes
- ❖ Coordenadores de GTs são organizadores dos livros publicados

Os **Trabalhos** podem ser submetidos aos **Grupos de Trabalho** aprovados para o **I Caed-Jus**. O prazo para submissão é **01/10/2016**, de acordo com as normas deste edital. Para mais informações, visite o site www.caedjus.com.br.



II) GRUPOS DE TRABALHO

Os Grupos de Trabalho aprovados para o **I CAED-Jus** estão anexos a este edital.

Acadêmicos brasileiros e estrangeiros podem submeter trabalhos. Cabe aos participantes que submeterem trabalhos, sob pena de desclassificação:

- ❖ Responder às solicitações dos coordenadores de GTs e do **CAED-Jus**;
- ❖ Enviar materiais aos coordenadores de GTs, segundo procedimento a ser divulgado posteriormente;
- ❖ Estar disponível durante o evento, conforme a programação do GT;
- ❖ Manter atualizado o seu cadastro junto aos coordenadores de GTs;
- ❖ Cumprir os prazos do **CAED-Jus**;
- ❖ Todos os autores do trabalho devem pagar a inscrição para a confirmação de sua participação no evento e a publicação em livro;

Cabe aos **coordenadores de GTs**, sob pena de desclassificação:

- ❖ Receber, avaliar e aprovar os trabalhos a serem apresentados;
- ❖ Receber vídeos dos participantes do GT e enviar ao **CAED-Jus**;
- ❖ Relacionar-se com os participantes do trabalho antes, durante e após o evento;
- ❖ Cumprir os prazos do **CAED-Jus**;
- ❖ Averiguar se os trabalhos cumprem as regras do **CAED-Jus**, especialmente na questão da formatação, tamanho, autoria e qualidade;
- ❖ Divulgar o GT em sua rede acadêmica e profissional, sendo que o GT deve ter entre 20 a 50 trabalhos inscritos com pagamento para poder ocorrer. GTs que não alcançarem este quantitativo terão os trabalhos redistribuídos para não prejudicar os participantes;



- ❖ Manter lista atualizada de endereços dos participantes para envio dos livros;

Cabe ao **CAED-Jus**:

- ❖ Publicar livro em que conste os coordenadores de GTs como organizadores da obra e tenha os participantes do GT como autores;
- ❖ Divulgar o GT no site, assim como os trabalhos e vídeos nos canais específicos;
- ❖ Emitir certificado aos participantes e aos coordenadores do GT;
- ❖ Divulgar os GTs aprovados conforme o cronograma;
- ❖ Enviar os livros aos participantes inscritos e aos coordenadores, de acordo com lista de endereços fornecida pelos coordenadores;

III) PROCEDIMENTO DE SUBMISSÃO E INSCRIÇÃO

O procedimento de inscrição obedece às seguintes fases:

- ❖ 1ª fase: Submissão do paper aos coordenadores de GTs
- ❖ 2ª fase: Aprovação dos coordenadores de GTs
- ❖ 3ª fase: Pagamento de inscrição no site www.caedjus.com.br
- ❖ 4ª fase: Envio do vídeo de apresentação aos coordenadores de GTs

A submissão do paper é gratuita e deverá ser realizada diretamente aos coordenadores de GTs pelo email informado. Com a aprovação do trabalho pela coordenação do GT, a inscrição no **CAED-Jus** poderá ser feita pelo site www.caedjus.com.br. Somente com o pagamento da inscrição de todos os autores que o trabalho será apto a ser apresentado no evento. A inscrição implica em cessão de direitos autorais do paper para publicação em livro.

As inscrições de trabalhos para o **I CAED-Jus** englobam não somente a participação no evento, mas também a Membership que confere acesso a bônus exclusivos.

IV) FORMATO DOS TRABALHOS

Os papers deverão ser enviados aos coordenadores dos GTs no seguinte padrão:

- ❖ Idioma espanhol ou português
- ❖ Ter entre 3.500 e 5.000 palavras (incluindo notas e bibliografia)
- ❖ Espaçamento 1,5
- ❖ Fonte Calibri, 12
- ❖ Margens 3,0 cm
- ❖ Indicar nome(s) do(s) autor(es), da instituição de origem, titulação, email e título do trabalho
- ❖ Arquivo em WORD

Observações importantes:

- ❖ Não serão aceitos trabalhos com mais de 3 (três) autores;
- ❖ Não é possível que o mesmo autor conste em mais de 2 (dois) trabalhos, inclusive como co-autor;
- ❖ Todos os autores inscritos no evento e apresentem trabalhos receberão certificado;
- ❖ Casos omissos serão decididos pela comissão acadêmica do evento

V) HALL OF FAME

Os coordenadores de GT indicarão um trabalho para concorrer ao Prêmio Hall of Fame **CAED-Jus**. Os trabalhos serão selecionados pelo Conselho do **CAED-Jus** através dos seguintes

critérios: originalidade, mérito acadêmico, formatação, organização teórica/metodológica da discussão, relevância para o direito.

Os premiados terão direito a:

- ❖ Destaque especial no site
- ❖ Certificado de premiação
- ❖ Isenção na inscrição para o **II CAED-Jus**
- ❖ Palestra especial no **II CAED-Jus** como premiado

VI) MEMBERSHIP

Todos os inscritos no **CAED-Jus** terão direito à Membership, que inclui os seguintes benefícios exclusivos:

- ❖ Participação em cursos dos parceiros do **CAED-Jus**
- ❖ Descontos em produtos exclusivos
- ❖ Participação nos eventos do **CAED-Jus**
- ❖ Prioridade nos eventos do **CAED-Jus**

VII) CRONOGRAMA DO I CAED-Jus (sujeito a alterações)

DATA	ETAPA
24.01.2016	Lançamento do Edital de GTs do I CAED-Jus
29.01 a 29.03.2016	Propostas de GTs
04.04.2016	Divulgação da aprovação dos GTs
04.04 a 01.10.2016	Envio de papers aos GTs
04.04 a 10.10.2016	Pagamento da inscrição (desde que aprovado o paper)

15.10.2016	Divulgação da lista final dos trabalhos nos GTs
15.10 a 30.10.2016	Envio do vídeo do(s) autor(es) inscrito(s)
15.10 a 30.10.2016	Envio do vídeo dos coordenadores de GTs
10.11.2016	Divulgação da programação de trabalhos do I CAED-Jus
23 a 25.11.2016	I Congresso de Altos Estudos em Direito (CAED-Jus)
30.11.2016	Divulgação do premiado do Hall of Fame
30.11.2016 a 30.03.2017	Publicação do livro
01.04.2017	Envio dos exemplares aos inscritos

ANEXO – GRUPOS DE TRABALHO DO I CAED-JUS

GT 01 - Direito de Águas e recursos hídricos

Coordenadores:

Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho (UEA) - erivaldofilho@hotmail.com

Carla Cristina Alves Torquato (UFAM) - carla_torquato@hotmail.com

Marklea da Cunha Ferst; Mestra em Direito (UNINORTE) - mcferst@gmail.com

Descrição: A água, como se sabe, é indispensável aos seres vivos. Os humanos, em particular, podem sobreviver semanas sem alimento, porém, sem água, perecem em poucos dias. Deste modo, a água de todos os recursos que a natureza dispõe, é um bem de valor superior na medida em que é essencial para a maioria das atividades humanas, porém o aumento do seu consumo nas últimas décadas, devido ao crescimento populacional, da agroindústria e dos processos fabris em geral, carecem da busca de alternativas de seu uso sustentável e tem gerado conflitos entre Estados soberanos pela sua posse e pelos movimentos sociais, especialmente acerca dos processos de privatização e da sua irregular distribuição. Este Grupo de Trabalho procurará refletir acerca da sua importância, gestão, legislação e questões internacionais acerca do tema.

GT 02 – Direito à saúde e instituições jurídicas

Coordenadores:

Felipe Dutra Asensi (UERJ/UCP) - felipedml@yahoo.com.br

Roseni Pinheiro (UERJ) - rosenisaude@uol.com.br

Paula Lucia Arévalo Mutiz (FULL, Colômbia) - pauarevalo@yahoo.com.ar

Descrição: O simpósio visa analisar criticamente um conjunto de sentidos e conteúdos atribuídos ao direito à saúde, buscando identificar nexos constituintes do processo de efetivação deste direito pelas diversas instituições jurídicas, políticas e sociais. Considerando a relevância desta temática para a área da política, planejamento e administração em saúde, estima-se examinar os conflitos, pactos e negociações que subjazem à garantia do direito à saúde, no sentido de refletir sobre seus elementos constituintes, instrumentos institucionais de efetivação, argumentos jurídicos de restrição e ampliação, etc. Os objetivos são os seguintes: a) discutir os desafios institucionais e culturais de efetivação do direito à saúde, com foco especial nas instituições jurídicas; b) analisar o direito à saúde de maneira interdisciplinar e comparativa; c) estudar os limites e desafios da decisão judicial em saúde nos diversos países latino-americanos; d) conhecer e analisar as diferentes perspectivas da saúde pública e privada e estabelecer convergências e divergências nos diversos países.

GT 03 - Estado, Cidadania e Direitos Fundamentais

Coordenadores:

Eduardo Manuel Val (UFF) - eduardval11@hotmail.com



Mauricio Jorge Pereira da Mota (UERJ) - mjmota1@gmail.com

Emerson Affonso da Costa Moura (UFJF) - emersonacmoura@yahoo.com.br

Descrição: A nova configuração assumida pelos direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito Brasileiro com epicentro em um modelo constitucional garantista voltada à centralidade do homem e de seus direitos na ordem jurídica impõe um redimensionamento nas relações com os poderes públicos. Antes tidas as relações públicas como de submissão do indivíduo ao Estado com a restrição apriorística e quase absoluta dos direitos fundamentais em seu confronto com o interesse público, com o reconhecimento da hierarquia formal e axiológica da Constituição Federal de 1988 e a criação de uma ordem objetiva de valores pelos direitos fundamentais impõe-se uma hermenêutica capaz de adequar as normas, institutos e categorias de direito público à nova concepção destes direitos no constitucionalismo contemporâneo. Pretende-se investigar, portanto, a nova configuração assumida nas relações públicas formadas entre o cidadão e o Estado, a partir da superação dogmática de uma concepção do particular com interesses privados para um conceito de cidadão com direitos fundamentais que se ligam à sua personalidade e aos ditames de uma existência digna.

GT 04 - Direito de Empresa

Coordenadores:

Saulo Bichara Mendonça (UFF) - saulobmendonca@live.com

Ana Carolina Carvalho Barreto (UVA/UNESA) - advogada.anacarolinacb@gmail.com

Descrição: A proposta deste GT é discutir o Direito de Empresa considerado a partir das proposituras fundamentais atinentes à Teoria da Empresa e a Teoria da Firma na análise de questões contemporâneas que envolvam especificamente pequenas empresas, empresas familiares, a incidência da autonomia da vontade na resolução de questões societárias como acordo de sócios e acionistas e sucessão societária e em questões que envolvam recuperação de empresa, bem como as expectativas empreendedoras geradas sobre o desenvolvimento da empresa a partir da propositura do projeto de novo Código Comercial em discussão nas casas legislativas. Este GT pretende promover o debate empírico sobre a empresa de forma geral em sua relevância como instrumento de desenvolvimento socioeconômico.

GT 05 - Direitos fundamentais e transformação social

Coordenadores:

Edna Raquel Hogemann (UNESA/UNIRIO) - ershogemann@gmail.com

Érica Maia Campelo Arruda (UNICEUB) - ericamaiaarruda@yahoo.com.br

Oswaldo P. Lima Júnior (UFRN) - oswaldolimajr@gmail.com

Descrição: Este GT tem por função discutir e instar os pesquisadores a integrar, compatibilizar e evoluir os direitos aos novos diálogos pautados na interculturalidade, novos arranjos interpessoais fundados no afeto, novos olhares para a vulnerabilidade, novos arranjos entre a ciência e a técnica relacionados à saúde humana, desde a geração até o fim da vida, que fazem emergir inovadoras teses e desafios à vasta gama de direitos fundamentais expostos na Constituição Federal. O Direito resvala com

importantes questões carentes de reflexão, inerentes à discriminação velada e subjugadora das mulheres e das minorias étnico-sexuais, a violação de direitos dos vulneráveis (crianças, adolescentes, idosos e deficientes) ora expostas às formas de pressão e de força social que aniquilam a vontade e os direitos de modo sub-reptício, fulminando interesses basilares que se encontram sob a proteção de direitos fundamentais.

GT 06 – Jurimetria: análise estatística de processos judiciais

Coordenadores:

Daniel Francisco Nagao Menezes (Mackenzie) - nagao.menezes@gmail.com

Cássio Modenesi Barbosa Faculdade de Jaguariuna) - cassiomodenesi@uol.com.br

Edmilson José Tonelli Manganote (FACAMP) - eitmanganote@gmail.com

Descrição: A jurimetria é uma nova metodologia que promove a interação entre Direito e Estatística. Parte-se do pressuposto que grande parte dos problemas sociais são levados diuturnamente ao Poder Judiciário para sua resolução, contudo, não há uma identificação técnica, tanto do ponto de vista quantitativa como qualitativa, de quais problemas e como são tratados pelo Judiciário. A partir da identificação do problema social e sua solução (ou não) pelo Judiciário é possível o retorno dessas decisões para a formulação de Políticas Públicas. A proposta do GT é discutir temas ligados à análise de dados processuais, de maneira quantitativa e qualitativa, contribuindo para a consolidação da Jurimetria no Brasil. Também serão discutidos artigos teóricos sobre Jurimetria e Estatística no Direito.

GT 07 - Direito e Reconhecimento

Coordenadores:

Francisco Ubiratan Conde Barreto Junior (UNESA/UERJ) - fbarretojr@gmail.com

Alexandre de Castro Catharina (UNESA) - alexandre.catharina@hotmail.com.br

Descrição: Este Grupo de Trabalho se propõe a dialogar, problematizar e refletir sobre as relações presentes no atual cenário jurídico brasileiro, permeado por uma noção de justiça que conjuga a percepção das identidades como uma categoria fundamental para a compreensão de um novo ethos, capaz de abrigar um sentido de lei e práticas institucionais que reflitam de forma crítica a luta pelo reconhecimento de grupos identitários no campo do Direito. Trata-se, assim, de examinar as relações preponderantes entre o campo do Direito e a teoria crítica, assumida em Axel Honneth, sobre a perspectiva do reconhecimento. Nessa perspectiva, elementos como populações tradicionais, gênero e raça, que considerem a luta por direitos, a partir da superação do paradigma tradicional, pautada na perspectiva individual, por uma categoria que dialogue com o sentido das identidades num sentido coletivo, serão considerados na recepção desses trabalhos.

GT 08 - Direitos Humanos e Efetividade

Coordenadores:

Thiago Pereira Rodrigues (UFF/UERJ/UCP) - Prof.thiagorp@gmail.com

Christine de Sousa Veviani (UNILASSALE) - christinevevianiadv@gmail.com

Bruno Muller Teixeira (UCP) - Mullerbruno@gmail.com

Descrição: O grupo de trabalho “Direitos Humanos e Efetividade” objetiva a discussão do conceito, amplitude, função e efetividade dos direitos humanos/fundamentais em tempos hodiernos, compreendendo-se as suas mais diversas e possíveis nuances, modalidades de inserção e participação social, em meio à vertente capitalista atual, qualificada pela globalização e flexibilização de direitos. Neste contexto, passará por uma imersão reflexiva do papel da educação na seara dos direitos humanos/fundamentais, ao fulcro da formação de consciência jurídico-política acerca da sua relevância e imprescindibilidade de concretização, posto que, compreendem alicerce para o exercício da cidadania, bem como para a manutenção e desenvolvimento do Estado Democrático de Direito, em vigor desde 1988, quando da promulgação da Constituição Federal Brasileira. Destarte, para este alcance, também serão avaliados os procedimentos jurídicos formais, enquanto instrumentos de pacificação dos conflitos sociais e da realização da Justiça, bem como as estratégias de composição de interesses em disputa, tais como mediação, processos de negociação, dentre outros, todos definidos na perspectiva não apenas individual como, especialmente, coletiva, na expectativa de uma transformação da cultura jurídica, sob a perspectiva de ultrapassar os obstáculos que na contemporaneidade dificultam ou inviabilizam a realização dos direitos humanos/fundamentais no Brasil, extremamente carecedor do respeito da humanidade a todos intrínseca.

GT 09 - Cultura jurídica e Processo em perspectiva empírica e comparada

Coordenadores:

Bárbara Gomes Lupetti Baptista (UVA/INCT-IneAC-UFF) - blupetti@globo.com

Klever Paulo Leal Filpo (UCP/UFRRJ) - klever.filpo@yahoo.com.br

Marco Aurélio Gonçalves Ferreira (UFF/UNESA) - marco.goncalvesferreira@gmail.com

Descrição: O GT pretende constituir um espaço de discussão qualificado acerca das especificidades da cultura jurídica e do processo brasileiro. Para tanto, pretende pôr sob discussão trabalhos provenientes de pesquisas que lancem um olhar empírico ou comparado sobre temas relacionados à administração de conflitos. Serão aceitas comunicações que abordem temas como: práticas dos tribunais; medição institucional ou extrajudicial de conflitos; institutos e princípios jurídicos em perspectiva comparada; sensibilidades jurídicas; sentidos de justiça; demandas por direitos; gramáticas e moralidades que informam o Direito e os conflitos em sociedade; e acesso à justiça. O objetivo da proposta é agregar pesquisadores motivados à reflexão sobre a efetividade do direito e do processo e, mais especificamente, acerca das práticas, categorias e representações judiciais caracterizadoras do campo jurídico brasileiro. Neste contexto, a pesquisa comparada possibilita que, através da compreensão do outro, consigamos compreender as matrizes do agir e do pensar sobre o nosso próprio direito.

GT 10 - Desenvolvimento Econômico, Globalização e Políticas Públicas

Coordenadores:

Cláudia Ribeiro Pereira Nunes (UVA) - crpn1968@gmail.com

João Luis Nogueira Matias (Faculdade Sete de Setembro) - joaluisnm@uol.com.br

Descrição: No desenvolvimento do processo de globalização, se constatou crises econômico-financeira cíclicas. Se por um lado apresenta-se como um fenômeno praticamente mundial, por outro, a depender do estágio de desenvolvimento econômico, cada país afetado reage a sua maneira. O Brasil, historicamente, apresenta-se com uma economia fechada e altamente protecionista. Tais características, dentre outras consequências, geraram uma indústria nacional pouco competitiva no cenário global, uma economia de 'commodities', garantida por políticas públicas de subsídio, e produtos e serviços de baixa qualidade e alto custo, dentro da sociedade de consumo. O objetivo desse grupo de trabalho é o de examinar esses paradigmas da sociedade, do Estado e do Direito, para verificar em que medida se alteram as relações jurídicas negociais nos ramos de direito interligados ao desenvolvimento socioeconômico para investigar as condições do Brasil.

GT 11 - Argumentação jurídica e decisão judicial

Coordenadores:

Tiago Gagliano Pinto Alberto (Faculdade das Indústrias) - tiagogagliano@hotmail.com

Sabrina Santana Figueiredo Pinto Alberto (UNINTER) - sabrinalberto@hotmail.com

Descrição: O Grupo de Trabalho cuja proposta se apresenta tem o objetivo de discutir e pesquisar questões afetas à teoria da decisão judicial e, em especial, aos influxos argumentativos que lhe propiciam atuação semântica. Os aspectos sintáticos correlacionados com lógicas clássicas e não-clássicas também se encontram na pauta de análise e investigação. O objetivo final, portanto, é o de promover o debate acerca desta temática, incrementando os elementos teóricos e pragmáticos já existentes.

GT 12 - Meios Extrajudiciais de Solução de Conflitos

Coordenadores:

Carla Faria de Souza (UCP) – carlafariacartorio@yahoo.com.br, carlafariacartorio@gmail.com

Eduardo Luiz de Medeiros Frias (Petrobras) - eduluizfrias@gmail.com

Felipe Dutra Asensi (UERJ/UCP) - felipedml@yahoo.com.br

Descrição: Diante do notável desenvolvimento dos Meios Extrajudiciais de Solução de Conflitos, e da sua capacidade de solução pacífica e consensual, a sua utilização se tornou cada vez mais comum no Brasil. Em razão disso, é crescente o número de especialistas que têm se dedicado ao assunto, na tentativa de formar o arcabouço necessário para sua evolução, e de esclarecer e analisar a sua aplicação, diante de uma perspectiva jurídica, com a positivação e a utilização judicial ou extrajudicial, de uma perspectiva social, com a disseminação e aceitação no meio social, ou de uma perspectiva psicológica, em sistematizar e desenvolver habilidades e ferramentas para esses meios de solução de conflitos. Diante desse esforço coletivo, o que se busca é o estudo e desenvolvimento acadêmico desses institutos, diante do longo caminho a ser percorrido até que se alcance sua maturidade.

GT 13 - Direito do Trabalho, Direitos Sociais e Solução de conflitos

Coordenadores:

Marcelo Pereira de Almeida (UFF/UCP) - mpalmeida04@yahoo.com.br

Carla Almeijeiras Veloso (UNESA) - carlaameijeiras@gmail.com

Gleyce Anne Cardoso (UCP) - gleyce_cardoso@hotmail.com

Resumo: O Grupo de trabalho “Direito do Trabalho, Direitos Sociais e Solução de conflitos” objetiva refletir os principais elementos que afetam o Direito do trabalho na relação de trabalho e na relação de emprego, com imersão a questões como o capitalismo, a reestruturação produtiva, a globalização, novas tecnologias, crise do Estado de Bem-Estar Social; Nesse contexto buscará discutir questões hodiernas como a Flexibilização, terceirização e precarização e a crise do Direito do Trabalho. A discriminação, o trabalho escravo e as minorias serão temas de debate a fim de superar o senso comum. Ainda objetiva uma discussão sobre temas atuais como cidadania e direitos sociais passando por uma reflexão sobre a Historicidade dos direitos sociais e as condições de liberdades dos Direitos Sociais, para este alcance, também serão avaliados os procedimentos jurídicos formais, enquanto instrumentos de pacificação dos conflitos sociais e da realização da Justiça, bem como as estratégias de composição de conflitos, tais como mediação, processos de negociação, dentre outros com meio de efetivação dos direitos sociais.

GT 14 - Direitos das Pessoas Idosas: Saúde, Cidadania e 4ª idade

Coordenadores:

Eduardo Manuel Val (UFF/UNESA) - eduardval11@hotmail.com

Paulo José Pereira Carneiro Torres da Silva (UFF) - pauloj@gmail.com

Descrição: Diversos autores – principalmente dentro das ciências sociais e da saúde – sustentam que distinguir as denominadas Terceira Idade e Quarta Idade é fundamental para que se possa abordar adequadamente as questões atinentes ao Envelhecimento populacional, em especial no que diz respeito ao grupo de altíssima vulnerabilidade e caracterizado por um forte impacto do processo de senescência e de decorrências patológicas que é a quarta idade. O foco das discussões deste Grupo de Trabalho serão: as questões relativas aos aspectos teóricos e conceituais dos direitos sociais deste grupo de vulnerabilidade; as questões epistemológicas que envolvem as categorias descritas; os direitos sociais como garantia de condições mínimas dos indivíduos para o pleno gozo dos seus Direitos; direitos sociais como educação, saúde, alimentação, lazer, segurança e previdência social sob a ótica da 4ª idade; velhice e exclusão social, entre outras temáticas congêneres.

GT 15 – O uso político do sistema penal

Coordenadores:

Antonio Eduardo Ramires Santoro (UFRJ/UCP) - antoniosantoro@antoniosantoro.com.br

Taiguara Libano Soares e Souza (UFF) - taiguara_souza@yahoo.com.br

Antonio Pedro Melchior Marques Pinto (UFRJ) - antoniopedromelchior@gmail.com

Descrição: Toda criminalização corresponde a uma decisão política sobre o que deve ser considerado desvio e desviante. Uma distinção entre “preso comum” e “preso político”, portanto, esvaziaria a essência política do sistema de justiça penal. Entretanto, o uso político do sistema de justiça criminal se

qualifica como categoria em razão de determinadas características associadas à perseguição. Nesse sentido, o emprego do processo criminal constitui a parte fundamental da estratégia de perseguir opositores (estando ou não no governo). Quando uma perseguição penal é politicamente orientada, não se trata mais de construir a solução justa do caso penal, nem de assegurar um julgamento com respeito às regras, pois o sistema de justiça criminal resta marcado pela opção institucional de utilizar o dispositivo processual como forma de obter resultados específicos: imobilizar movimentos sociais e arrefecer a luta constituinte por direitos; destituir governantes eleitos e ocupar o governo; eliminar opositores legítimos.

GT 16 - Direito, meio ambiente e complexidade

Coordenadores:

Germana Parente Neiva Belchior (Faculdade Sete de Setembro) - germana_belchior@yahoo.com.br

Thais Emilia de Sousa Viegas (Unidade de Ensino Superior Dom Bosco) - thaisviegas@hotmail.com

Descrição: A história do pensamento é um processo permanente de superação de conceitos, teorias, modos de pensar, de agir e de fazer, motivo pelo qual a Ciência do Direito deve ser modificada juntamente com o processo de transformação social. O pensamento complexo, por meio de suas categorias e princípios basilares, surge como uma alternativa para repensar a realidade e reformular a ciência, motivo por que é fundamental o estudo em torno de sua aplicação para o Direito Ambiental, especialmente num contexto de riscos de graves consequências. Este grupo de trabalho busca oferecer alternativas à problemática, tendo em vista que aborda a quebra de paradigmas da modernidade e do cientificismo racionalista, sendo necessário e oportuno avaliar como e em que medida o Direito Ambiental é influenciado pelo pensamento complexo, bem como o Direito Ambiental influencia a complexidade.

GT 17 – Relações de trabalho e dignidade humana

Coordenadores:

Melissa Breves Falcão (UCP) - melissafalcao02@gmail.com

Marcelo Ferreira Machado (UCAM) - mfmachado76@gmail.com

Felipe Dutra Asensi (UERJ/UCP) - felipedml@yahoo.com.br

Descrição: A reflexão sobre o respeito à dignidade humana nas relações de trabalho traz questões que envolvem as diferentes formas de labor existentes. Em que pese a previsão constitucional do princípio da dignidade humana e do direito social ao trabalho, muitas situações vivenciadas no cotidiano das relações laborais acarretam a inobservância desse princípio máximo. Destacam-se o trabalho escravo, o trabalho infantil, a revista íntima do trabalhador, o assédio moral, o descumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, dentre outros. A relevância do tema se exterioriza pelas diferentes formas de violação ao mencionado princípio, que ainda é vivenciada nos dias atuais nas relações de trabalho, apesar das garantias constitucionais e legais existentes no ordenamento jurídico, sendo necessário verificar as diversas maneiras de combater a ofensa ao princípio em foco.

GT 18 – Direito ambiental, Poder de Polícia e Desenvolvimento Sustentável

Coordenadores:

Magno Federici Gomes (Escola Superior Dom Hélder Câmara) - magnofederici1@yahoo.com.br

Fernanda Netto Estanislau (PUC Minas) - fernandaestanislau@yahoo.com.br

Angélica Cristiny Ezequiel de Avelar Teixeira (PUC Minas) - angelicaezequiel@hotmail.com

Descrição: Pretende-se ampliar a prática de pesquisas, aprofundamento jurídico, ampliação da produção científica e a interface de discussões críticas fundamentadas na Intervenção do Estado no domínio econômico e ainda a Restrições a direitos para proteção de questões ambientais. Poder de Polícia na Federação Brasileira. Poder de Polícia Ambiental. Instrumentos administrativos de proteção ambiental na Política Nacional do Meio Ambiente. O papel do Município na Gestão Ambiental. Atividade econômica e desenvolvimento sustentável. Regulação ambiental da atividade econômica.

GT 19 - Direito Ambiental, Processo e Desenvolvimento Sustentável

Coordenadores:

Magno Federici Gomes (Escola Superior Dom Hélder Câmara) - magnofederici1@yahoo.com.br

Fernanda Netto Estanislau (PUC Minas) - fernandaestanislau@yahoo.com.br

Mariana Basílio Schuster de Souza (UEL) - adv_marianabs@hotmail.com

Descrição: Visando a prática de pesquisas, aprofundamento jurídico, ampliação da produção científica e a interface de discussões críticas fundamentadas na tutela ambiental, processual diferenciada em sede ambiental e o direito ao desenvolvimento sustentável. O princípio do desenvolvimento sustentável, em todas as suas dimensões, e as relações com as teorias processuais. Correlação entre os princípios do direito ambiental e os do direito processual. Bem jurídico ambiental. Direito material ambiental constitucional como causa de pedir no direito instrumental ambiental. Tutela judicial eficaz e proteção ao meio ambiente, inclusive as tutelas de urgência. Amplo acesso à jurisdição em defesa do direito material ambiental. Tutela jurisdicional coletiva e condições de ação no processo coletivo. Ônus de prova em processos ambientais e o dilema do “estado da ciência”. Liquidação do dano ambiental, a execução dos títulos ambientais e a coisa julgada ambiental. Garantias constitucionais ambientais. Ação civil pública ambiental. Ação popular ambiental. Processo administrativo ambiental.

GT 20 - Recrutamento e seleção no setor público brasileiro

Coordenadores:

Igor Silva de Menezes (UNIABEU/UFF) - igormenezesadv@yahoo.com.br

Patrícia Levin de Carvalho Cidade (UFF) – mapana@oi.com.br

Luciana de França Oliveira Rodrigues (UNIG) – franca_oliveira@ig.com.br

Descrição: Este grupo de trabalho se propõe a investigar a organicidade do recrutamento e seleção de pessoal no setor público brasileiro, dando especial enfoque as suas origens, características e objetivos na administração pública. O mote é a reflexão acerca das condições materiais de seleção de pessoas

possibilitam a análise teórica e empírica dos reflexos institucionais da adoção dos modelos correntes de ingresso no setor público, articulando-se com a investigação empírica da estratificação social no setor público. A proposta pretende trazer maior compreensão às interações sociopolíticas para ingresso no setor público brasileiro ao longo da história e na atualidade. Do ponto de vista da interdisciplinaridade, pesquisadores do direito, de gestão pública, sociologia, historiografia cultural, dentre outros, podem contribuir do debate acerca da organização burocrática do setor público. Pretende-se, ainda, promover estudos de mapeamento crítico dos modelos de ingresso na Administração, a fim de apurar a interseção entre os modelos de recrutamento e seleção de pessoal do setor público, a cidadania e a democracia brasileira, com incursões em potencial em temas como sistema de cotas nos concursos, espólio político, terceirização no setor público, "politização" da cúpula organizacional, corrupção, prodigalidade de treinamento e afins.

GT 21 - Justiça para todos: Exclusão social e acesso à justiça

Coordenadores:

Fabiana Franco (UNESA) - Fabianacfranco@gmail.com

Sátina Pimenta Mello (Multivix) - satinapm@gmail.com

Descrição: O GT tem como objetivo refletir sobre os estudos teóricos e análises empíricas acerca das dificuldades enfrentadas na efetivação do acesso à justiça para àqueles que se encontram em situação de exclusão. Serão aceitos trabalhos que versem sobre a prestação jurisdicional tendo em vista à efetividade da justiça e à realização do direito constitucional do acesso à justiça. Espera-se que os artigos estabeleçam interações interdisciplinares que primem pelas mudanças no modo operante do Direito, a fim de que o mesmo seja efetivamente um meio de transformação social.

GT 22 - O Direito nas relações homoafetivas e multiafetivas

Coordenadores:

Fabiana Franco (UNESA) - Fabianacfranco@gmail.com

Sátina Pimenta Mello (Multivix) - satinapm@gmail.com

Grobério Pazó (FDV) - crispazo@uol.com.br

Descrição: A ideia de relações homoafetivas e multiafetividade está se multiplicando na sociedade brasileira. É inegável a existência de uma nova concepção de família, mas, o ordenamento jurídico, não acompanha essas mudanças sociais. O GT apresenta-se como um espaço de reflexão quanto ao reconhecimento jurídico de igualdade, homoafetividade, e até multiafetividade, que resulta da união de mais de duas pessoas, do mesmo ou de diversos sexos e as multi relações que podem surgir na sociedade moderna. O objetivo do GT é fomentar a pesquisa sobre essa temática. Artigos sobre os reconhecimentos jurídicos destas práticas de relações afetivas presentes no mundo moderno serão aceitos.

GT 23 - Mídia e processo penal

Coordenadores:

Luciane Infantini da Rosa Almeida (FAESA) - Lu_infantini@yahoo.com.br

Fabiana Franco (UNESA) - Fabianacfranco@gmail.com

Sátina Pimenta Mello (Multivix) - satinapm@gmail.com

Descrição: O Grupo de trabalho visa debater a influência da mídia na produção de subjetividade coletiva sobre sujeitos envolvidos com o Direito Penal. Os trabalhos inscritos deverão se ater a casos de grande impacto midiático e as consequências e interferência da mídia na construção de estereótipos para os acusados. Nos tempos atuais a mídia tem sido utilizada como um instrumento nesses processos fomentando uma opinião pública e estimulando tomadas de decisões em cima da popularização das questões de justiça. Serão aceitos trabalhos que tenham como tema a ações criminosas popularizadas como agressões sexuais a crianças e adolescentes, violência contra a mulher, crimes de colarinho branco, crimes hediondos, corrupção e estelionato.

GT 24 - Transformações do direito administrativo

Coordenadores:

Patrícia Ferreira Baptista (UERJ) - patriciafbaptista@gmail.com

Emerson Affonso da Costa Moura (UFJF) - emersonacmoura@yahoo.com.br

Resumo: O processo de redemocratização com ascensão de um Estado Democrático de Direito voltado a participação na gestão pública, o surgimento dos pilares de um constitucionalismo contemporâneo voltado à concretização dos direitos fundamentais e a mudança do modelo burocrático para a tentativa de implementação de um Estado Gerencial Brasileiro produz alterações substanciais na atividade de persecução do interesse público e na relação entre a Administração Pública e o cidadão. Pretende-se investigar neste grupo de trabalho em que medida tais influxos produzem transformações no Direito Administrativo adequando-o a ordem democrática e constitucional vigente.

GT 25 - Novas perspectivas do Empreendedorismo Jurídico

Coordenadores:

Eduardo Luiz de Medeiros Frias (Petrobras) - eduluzfrias@gmail.com

Jairo Jesus Mancilha Carvalho (INAP) - jairo@inapri.com.br

Descrição: O enfoque deste Grupo de Trabalho é a reunião de artigos interdisciplinares, que contemplem ciências ou disciplinas que tenham interface direta com a atuação jurídica ou que possam agregar conhecimentos, práticas e valores aos operadores do Direito.

GT 26 - Temas de Vanguarda no Direito

Coordenadores:

Eduardo Luiz de Medeiros Frias (Petrobras) - eduluzfrias@gmail.com

Márcio Ladeira Ávila (Petrobras) - marcioavilaadv@hotmail.com

Ítalo Jorge Bezerra Pinheiro (OAB-CE) - italo.pinheiro@outlook.com

Descrição: O enfoque deste Grupo de Trabalho é reunir artigos jurídicos sobre temas que estejam no cerne das discussões atuais, que sejam incipientes ou inteiramente inéditos nos debates acadêmicos envolvendo diversas áreas do Direito.

GT 27 – Globalização, desigualdade e migrante

Coordenadores:

Henrique dos Santos Vasconcelos Silva (OAB-CE) - henrivascon25@gmail.com

Ana Carla Pinheiro Freitas (UNIFOR) - cpinheirofreitas@yahoo.com.br

Descrição: No presente GT busca-se analisar o cenário contemporâneo de intensificação dos fluxos migratórios, como consequência do surgimento ou exarcebamento dos conflitos entre países, em especial, na Síria, Iraque, Líbia; da crise econômica que atinge países como Grécia, Espanha, Brasil; de problemas estruturais, por exemplo, instituições políticas frágeis, desigualdade social, concentração de renda. Nesse sentido, objetiva-se fomentar mecanismos de combate contra tais obstáculos ao desenvolvimento econômico, no intuito de permitir maior inclusão e participação política dos migrantes no país de destino. Nesse contexto, mostra-se necessário analisar a evolução histórica de exclusão do estrangeiro da vida política, assim com a possibilidade do voto do mesmo na ordem jurídica nacional, tendo como panorama o direito comparado.

GT 28 – Direitos constitucionais e o princípio da solidariedade

Coordenadores:

Bianca Freire Ferreira (IUPERJ) - bia.freire87@hotmail.com

Maria Fernanda Dias Mergulhão (FEMPERJ) - mfdm@mpri.mp.br

Descrição: É possível observar que nos dias de hoje a eficácia dos princípios e direitos constitucionais se dá de forma horizontal, ou seja, a estrutura apresentada na pirâmide de Kelsen vem sendo muito questionada no que tange à amplitude da garantia dos direitos sociais. De acordo com o exposto no artigo 3º da CF/88, a ideia de construir uma sociedade justa e solidária deve ser um desejo universal, ou seja, para que o princípio da solidariedade se consolide, todos devem se tornar responsáveis pela busca e manutenção do bem comum, o que afasta a ideia de verticalização. Nesse sentido, informa que este GT, tem por objetivo analisar o princípio da solidariedade, previsto na Constituição Federal de 1988 bem como sua aplicabilidade sob a ótica da interdisciplinaridade entre o direito e a sociologia, já que a solidariedade nada mais é do que uma construção social.

GT 29 - Acesso à justiça e novas reflexões

Coordenadores:

Heron Abdon (UFF) - heronabdon@hotmail.com

Ana Carolina Carvalho Barreto (UVA/UNESA) - advogada.anacarolinacb@gmail.com

Descrição: A proposta deste GT é discutir o acesso à justiça e o surgimento da judicialização, assim como a necessária renovação das ondas de acesso à justiça para explicar o novo fenômeno da desjudicialização sob o enfoque de que acesso à justiça não significa acesso ao judiciário. A redemocratização do Brasil ocorrida a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB) inaugurou uma nova fase na instituição de direitos e foi classificada como a primeira Constituição Cidadã, com os direitos sociais formulados com o objetivo de promover a cidadania e efetivar a vida dos cidadãos de forma igualitária, com vista a diminuir as desigualdades sociais. O propósito é proceder a uma análise criteriosa do procedimento previsto na política pública evidenciada a fim de identificar pontos de conexão e de desconexão entre a legislação posta e a prática, evidenciando possíveis falhas e viabilizando um aperfeiçoamento entre estes parâmetros.

GT 30 - Direito do consumidor na ordem jurídica brasileira

Coordenadores:

Giovanni Magalhães (OAB-RJ) - giopugliese@uol.com.br

Gisele Leite (INPJ) - professoragiseleite@gmail.com

Eva Eulália da Silva Almeida (MARJ) - evaeulaliaadv@hotmail.com

Descrição: A proposta é analisar a ineficácia do direito material consumerista e do direito processual na ordem jurídica pátria acarreta demandas repetitivas no judiciário pátrio, bem como a baixa de qualidades de produtos e serviços no mercado interno atingindo tanto a esfera estatal como a privada e produzindo efeitos maléficis a cidadania brasileira que se sente desprestigiada e desrespeitada. Também atendemos a fazer um estudo do direito consumidor será comparados a legislações de outros países e sistemática. É quais são as medidas que devem ser tomadas para garantir o respeito a direitos do consumidor. A relação consumerista e se não a que mais e uma das relações sociais em esfera Direito Civil que desembocam sobre lides nos tribunais, sem esquecer e claro da importância da matéria uma vez garantia pela Carta Maior, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 defende os direitos do consumidor fundamentos da República e do Estado Democrático de Direito.

GT 31 – Processo civil brasileiro com foco no CPC/15

Coordenadores:

Gisele Leite (INPJ) - professoragiseleite@gmail.com

Eva Eulália da Silva Almeida (MARJ) - evaeulaliaadv@hotmail.com

Descrição: A proposta é analisar todo o Código de Processo Civil de 2015 enfocando suas principais mudanças e a implementação de um novo processo civil pelo novo código, detalhar pontos mais importante sobre suas mudanças que seja por: subtração de rito existente do antigo CPC; eleição de priorizar a conciliação e a mediação, a incidente de resolução de demandas repetitivas; condenado que não cumprir a sentença poderá ter seu nome e CPF/MF negativado em cadastro de devedores; punição com multa para evitar manobras jurídicas com fim de retardar decisões. Há de se fazer comparação e discutir as principais controvérsias, formas de aplicação, historicidade legislativa e legislações internacionais, bem como os princípios e todo o ideal que constituiu o Novo Código de Processo Civil e/ou o Código de Processo Civil de 2015, no qual faz surgir e abrindo-se a uma nova cultura jurídica.

GT 32 – Processo civil e direito imobiliário

Coordenadores:

Gisele Leite (INPJ) - professoragiseleite@gmail.com

Eva Eulália da Silva Almeida (MARJ) - evaeulaliaadv@hotmail.com

Descrição: A proposta demonstrar o impacto e as modificações com estes impactos provocados pelo Código de Processo Civil de 2015 dos Direitos Imobiliários como um todo. Neste sentido de Direito Imobiliário impactado se entende as peculiaridades das ações contidas na lei nº 8.245/91, a Lei de Locação de Imóvel Urbano nos quatro procedimentos especiais contidos da Lei que são: Ação de despejo; Ação de consignação de aluguel e acessórios a locação; Ação revisional de aluguel e Ação renovatória. Ainda em sentido de Direito Imobiliário impactado se entende que se trata do instituto Usucapião inclusive na prática, descrever os impactos do NCPC no instituto, com referência a sua parte histórica e com o suas espécies bem como a mais nova espécie o usucapião extrajudicial ou administrativo. Não poderia deixar ainda de especificar os impactos do NCPC sobre requerimentos de Tutelas que resguardam os Direitos Imobiliários.

GT33 – Desconsideração da personalidade jurídica

Coordenadores:

Gisele Leite (INPJ) - professoragiseleite@gmail.com

Eva Eulália da Silva Almeida (MARJ) - evaeulaliaadv@hotmail.com

Descrição: A proposta é analisar, relatar desenvolvimento histórico, fazer comparação com legislações estrangeiras e enfrentar as principais controvérsias nas diversas áreas em que desemboca e envolve a desconsideração da personalidade jurídica. Ainda aborda que o Código de Processo Civil de 2015 defini procedimentos para a desconsideração da personalidade jurídica das sociedades, medida que pode ser adotada em casos de abusos e fraudes. Assim, os administradores e sócios respondem com seus bens pelos prejuízos. (OBS: Atualização e aprofundamento da minha monografia de curso de do Pós-Graduação em Dir. Empresarial

GT 34 - Manifestações populares, experiências de mediação e advogados voluntários

Coordenadores:

Gustavo Proença (IBMEC) – g.proenca2@gmail.com

Rogério Borba (UCAM) – rogerioborba@gmail.com

Descrição: Durante as Jornadas de julho de 2013, bem como me seus desdobramentos, onde houve uma mobilização social sem lideranças declaradas, sem pauta definida, sem propósito específico, onde todos os grupos e ideologias participaram – blackblocs, sem partido, professores, estudantes, esquerdistas – as forças policiais, despreparadas e desorientadas, buscaram a desmobilização social por meio da força, como visto nos meios de comunicação – mídia tradicional e mídias livres – fazendo emergir a advocacia popular como canal de comunicação e legitimando-a a realizar mediação de

conflitos in loco, ou seja, nos próprios locais dos protestos, nas delegacias ou batalhões da polícia militar, redefinindo o mecanismo de solução de conflitos tradicionalmente conhecido. Espera-se que os trabalhos versem sobre análises jurídicas ou sociais do papel dos mediadores nas manifestações populares, seu papel e a sua legitimação, bem como a sua relação com os atores sociais e seus desdobramentos.

GT 35 - Regulação Jurídica das Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento

Coordenadores:

Marco Antonio Ferreira Macedo (UFF) - mmacedouff@hotmail.com

Paulo Roberto dos Santos Corval (UFF) - prscorval@yahoo.com.br

Telson Pires (UCB) - professortelson@hotmail.com

Descrição: A reflexão jurídica voltada à atividade financeira pública carece reconstruir sua abordagem teórico-metodológica para, aproveitando os holofotes da crise, alargar seu campo epistêmico e retomar sua participação nos esforços de análise e imaginação atinentes à aplicação, à arrecadação, à orçamentação e ao controle do patrimônio, dos recursos e do estado em ação. Objetiva-se, assim, que as discussões deste Grupo de Trabalho possam problematizar modos de análise e compreensão da regulação jurídica das finanças públicas, mobilizar a pesquisa interdisciplinar teórica e empírica no campo das finanças e da tributação, bem como aprofundar as correlações entre as finanças, as políticas públicas e os direitos e garantias constitucionais. Espera-se, ainda, provocar perspectivas e modos de análise da regulação das finanças públicas que a compreendam na sua inequívoca relação com a busca de um estado democrático com capacidade de promover a cidadania como condição mesmo de possibilidade do desenvolvimento.

GT 36 – Direito tributário inclusivo

Coordenadores:

Ricardo Lodi Ribeiro (UERJ) - ricardo_lodi@uol.com.br

Daniel Giotti de Paula (INTEJUR/UERJ) - daniel.giotti@gmail.com

Descrição: O Direito Tributário é uma ferramenta ideal para o desenvolvimento econômico e a realização de direitos sociais. Como a Constituição brasileira é carregada de promessas, tais quais os direitos sociais, somente se concretiza com aporte financeiro aos cofres públicos. Juristas, filósofos e economistas discutem como se deve repartir a carga fiscal entre os variados contribuintes. Constata-se, porém, crescente litigiosidade entre fisco e contribuintes, cujo pano de fundo é uma disputa por maior ou menor tributação. A interpretação do Direito Tributário posto ou a criação de legislação específica, ora é vista como conflitante com as limitações constitucionais ao poder de tributar, ora se presta a servir para forjar jurisprudência favorável ao fisco, carregando de pré-conceitos e estereótipos nessa relação. Numa tentativa de reequilibrá-la, este grupo pretende acolher artigos que estudem a legitimação da tributação, além trabalhos que aproximem finanças públicas, tributação e desenvolvimento.

GT 37 - Direito à saúde sexual e reprodutiva na América Latina

Coordenadores:

Ivo Basílio da Costa Júnior (UFRJ) - ivobasilio@me.ufrj.br

Paulo José Pereira Carneiro Torres da Silva (UFF) - pauloj@gmail.com

Descrição: Com a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada no Cairo, em 1994, estabeleceu-se a definição de saúde sexual e reprodutiva, assim como se conferiu papel primordial aos direitos sexuais e reprodutivos, ultrapassando os objetivos puramente demográficos, focalizando-se no desenvolvimento do ser humano. Na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995, reafirmaram-se os acordos estabelecidos no Cairo e avançou-se na definição dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais como direitos humanos. Porém, as estratégias e metas para o progresso dos direitos e da saúde reprodutiva ainda estão longe de serem alcançados na América Latina. Nesse sentido, o presente Grupo de Trabalho terá como focos: Direito fundamental ao Planejamento familiar, tanto no seu aspecto negativo (contracepção), como no aspecto positivo (concepção), com destaque para as questões bioéticas, psicológicas, sociais, filosóficas e econômicas envolvendo a reprodução humana assistida; Igualdade dos sexos, equidade e empoderamento da mulher; Questões relativas ao abortamento seguro e inseguro; Saúde e autonomia sexual e reprodutiva da mulher; Maternidade segura; Políticas públicas; Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos humanos.

GT 38 – Processo penal: instrumento de garantia ou mecanismo para legitimar sanções

Coordenadores:

Thiago Fabres de Carvalho (FDV) - thiagofabres@hotmail.com

Rodrigo Albuquerque Vidal (UNESA) - rodrigovidal496@gmail.com

Djefferson Amadeus de Souza Ferreira (UNESA) - djeffersonadv@yahoo.com.br

Descrição: Este grupo de trabalho pretende aprofundar as discussões acerca da função do processo penal moderno. O processo penal deve ser visto como um instrumento de garantia do cidadão contra abusos do Estado, servindo de óbice contra atos abusivos à liberdade de locomoção do indivíduo e seu *status dignitatis* ou deve assumir uma posição de aplicador das sanções do direito penal, como uma ciência auxiliar ou suplementar do papel repressor do Estado? Em um Estado Democrático de Direito, o dever de proteção das liberdades fundamentais dos acusados – encargo constitucional – pode ser mitigado? O GT permite o debate das questões suscitadas, além de possibilitar a abordagem de diversos temas, dentre eles: o princípio da não-culpabilidade, os limites do poder punitivo estatal e o alcance do exercício do direito de defesa.

GT 39 - Direito Empresarial e Econômico

Coordenadores:

Márcia Bataglin Dalcastel (UFF) - marciadalcastel@gmail.com

Vinicius Figueiredo Chaves (UNESA) - viniciuschaves@gmail.com

Descrição: O grupo de trabalho engloba discussões teóricas e práticas sobre teoria geral do direito empresarial, direito societário, mercado de valores mobiliários e sua regulação, governança corporativa, crise da empresa, função social da empresa, responsabilidade social da empresa, direito econômico, constituição econômica, intervenção estatal no domínio econômico e análise econômica do direito.

GT 40 - Direito constitucional internacional e comparado

Coordenadores:

Eduardo Manuel Val (UFF/UNESA) - eduardval11@hotmail.com

Thiago Aleluia Ferreira de Oliveira (LEICLA) - othiagoaleluia@gmail.com

Descrição: Atualmente, existe um crescimento da importância dos tratados, um diálogo cada vez mais intenso entre o direito internacional e o direito interno, bem como de precedentes de cortes internacionais e nacionais de um país para o outro. Além disso, a globalização amplia os pontos de encontro entre o direito pátrio e o direito internacional. Há um desenvolvimento das relações internacionais e um aumento do fluxo de conhecimento, que provocam, em última análise, uma integração política, econômica e jurídica entre diversos países. Neste contexto, o Grupo de Trabalho dedica-se a temas como a constitucionalização dos países ocidentais, em especial do Brasil, relacionando poder(es) constituinte(s), formas de Estado, normas, princípios constitucionais e hermenêutica constitucional. Nas relações entre o Direito constitucional estatal e supraestatal, propõe-se estudos sobre a recepção, aplicação e interpretação de normas internacionais, convencionais, consuetudinárias, decisões de cortes judiciais e resoluções de organizações internacionais, envolvendo, em especial, as relações entre os regimes constitucionais de direitos fundamentais e internacional de direitos humanos. Na esteira do direito comparado, aborda-se ainda o controle de convencionalidade e a análise da Jurisprudência dos Tribunais estrangeiros e internacionais em matéria de direitos humanos.

GT 41 - Organizações Internacionais e Direito Humanitário e dos Refugiados

Coordenadores:

Ana Paula Teixeira Delgado (UNESA) - ana.delgado@estacio.br

Pedro Muniz Pinto Sloboda (UFRJ/IDEG) - pedrosloboda@ideg.com.br

Descrição: No mundo contemporâneo, as migrações forçadas constituem grave problema para diversos Estados e para as próprias pessoas que participam desses fluxos, que se encontram em situação de altíssima vulnerabilidade e acabam privadas de seus direitos mais básicos, seja pela falta de assimilação na comunidade política do Estado receptor, seja por medidas adotadas com o intuito de diminuir o fluxo migratório. O foco das discussões deste Grupo de Trabalho serão: as questões relativas aos aspectos teóricos e conceituais dos refugiados na atualidade; as questões que envolvem as novas categorias de migrantes forçados no cenário internacional; as políticas públicas e normativas desenvolvidas pelos Estados visando à inclusão sócio-jurídica; a atuação de organizações internacionais na prevenção e solução de soluções permanentes, bem como a análise de instrumentos internacionais e proteção destes grupos; a complementaridade entre os sistemas de proteção, entre outras temáticas congêneres.

GT 42 – Mediação de conflitos e acesso à justiça

Coordenadores:

Deraldo Dias de Moraes Neto (UCSAL) - deraldodias@gmail.com

Ana Paula Rocha do Bomfim (UFBA) - paula.rocha@ufba.br

Descrição: A necessidade de garantia do acesso à justiça enquanto direito do cidadão vem a cada dia reforçando a ideia que o acesso ao judiciário não pode mais ser entendido como um meio único de solução de controvérsias. O foco do presente GT residirá na discussão sobre como a cultura do consenso vem alcançando novos horizontes nos mais diversos ordenamentos jurídicos, fortalecendo o novo paradigma de atendimento aos anseios e necessidades do povo por meio da Mediação de Conflitos. Pretende-se permear essa reflexão, independente da escola (Harvard, Transformativa,

Circular-narrativa, etc), da área (familiar, escolar, universitária, comunitária, empresarial, etc), da modalidade em relação ao judiciário (extrajudicial ou judicial), da vinculação do mediador (institucional ou ad hoc), ressaltando que, o instituto da mediação tem o poder de empoderamento social, uma vez que proporciona às partes a possibilidade de serem protagonistas da solução das controvérsias existentes, resultando no mais efetivo formato de acesso à justiça, pois que decorrente da autonomia da vontade de todo e qualquer cidadão.

GT 43 – Funções sociais da cidade

Coordenadores:

Mauricio Jorge Pereira da Mota (UERJ) - mjmota1@gmail.com

Emerson Affonso da Costa Moura (UFJF) - emersonacmoura@yahoo.com.br

Descrição: O processo de constitucionalização do Direito da Cidade com a tutela pela lei fundamental não apenas das competências em matéria urbanística, mas os direitos e as funções da Cidade é o tema em debate por este grupo de trabalho. Pretende-se investigar em que medida a previsão constitucional do regime normativo da Cidade e a releitura de suas normas legais a partir da filtragem constitucional impõe um redimensionamento por um lado nas relações entre o Estado e os particulares na prestação de serviços públicos e intervenção no domínio patrimonial e por outro nas relações dos particulares entre si no que tange a propriedade e posse, bem como, seus direitos e deveres no âmbito da cidade.

GT 44 – Direito internacional econômico e regulação

Coordenadores:

Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski (UFF – Volta Redonda) - clarissamariabeatriz@gmail.com

Matheus Meott Silvestre (UFF - Niterói) - matheusms@id.uff.br

Descrição: O comércio internacional sempre foi uma das facetas mais importantes na relação entre Estados nacionais. O ocaso do socialismo, o aumento expressivo das iniciativas de integração regional, o fortalecimento de instituições internacionais de supervisão do comércio internacional e as mudanças na compreensão do papel do Estado na economia tornam o estudo do Direito Internacional Econômico e da Regulação fundamentais para o entendimento das relações internacionais na atualidade. O foco das discussões deste Grupo de Trabalho serão: organizações internacionais de direito econômico, comércio, internacional, a Organização Mundial do Comércio, intervenção dos Estados na ordem econômica e proteção da concorrência, subsídios e tarifas alfandegárias, aspectos econômicos do direito da integração, internalização de normas e recomendações de direito internacional econômico, soberania nacional e direito econômico, aspectos teóricos e institucionais da regulação econômica, estudos comparados e temas correlatos.